



20 anos depois do 11 de Setembro, revalorizar a política

Augusto Santos Silva

A 11 de setembro de 2001, o atentado terrorista da Al Qaeda contra as Torres Gêmeas alterou radicalmente os dados do jogo internacional. Pela primeira vez na história, os Estados Unidos sofreram um ataque conduzido a partir do estrangeiro no seu território continental. A sua dimensão revelou ao mundo a força de um novo ator não-estatal, a rede terrorista que operava a partir do Afeganistão e com a cumplicidade do regime talibã. Na sequência, pela primeira vez na história da NATO, foi ativado o artigo V do respetivo Tratado, isto é, o compromisso de todos os aliados defenderem coletivamente um aliado sob ataque.

O século XXI começava sob o signo da ameaça global representada pelo terrorismo internacional, que não conhecia fronteiras e tomava como alvo privilegiado as populações civis e o seu modo de vida. Ninguém podia dizer que estava imune a tal ameaça. De facto, ela foi-se concretizando um pouco por todo o mundo, castigando não apenas os países ocidentais ou as sociedades do hemisfério norte, mas todos os povos - com particular incidência, aliás, nas populações muçulmanas.

A comunidade internacional respondeu com rapidez e um elevado nível de consenso. O terrorismo foi definido como a ameaça fundamental à segurança, à estabilidade e à paz, requerendo o esforço concertado de todos os países. Os Estados Unidos e a NATO conduziram uma operação no Afeganistão de que resultou a queda do regime talibã e do santuário terrorista que ele havia constituído.

Mas o 11 de Setembro catalisou também a ascensão do neoconservadorismo e das suas teses sobre o “eixo do mal”, o “choque das civilizações”, a “guerra preventiva” e a

“mudança de regime”. Em 2003, a Administração Bush forçou a invasão do Iraque, sob o falso argumento da existência de “armas de destruição maciça”, provocando uma enorme divisão, quer internacionalmente, quer no próprio interior da NATO.

Outras formas de lidar com a ameaça foram entretanto ensaiadas. Uma das mais interessantes foi a Aliança das Civilizações, na qual esteve Jorge Sampaio como representante do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ela valorizava o diálogo político, intercultural e inter-religioso, distinguindo com clareza o Islão do islamismo extremista e violento, chamando a atenção para outras variedades de terrorismo (como o supremacismo branco) e tentando estabelecer plataformas de concertação transversais às grandes civilizações e espaços geopolíticos.

Recordo tudo isto porque tudo isto deve ser tido em consideração quando falamos, agora, do 11 de setembro. Ademais, fazemo-lo numa circunstância particular, dias depois do regresso dos Talibãs ao poder em Cabul. A verdade é que nestas duas décadas nenhum atentado terrorista em território ocidental foi preparado e organizado no Afeganistão. Mas também é verdade que um dos objetivos principais da nossa missão – capacitar as instituições políticas e militares desse país para defender o seu território e população – falhou manifestamente. Havendo muitas lições a retirar do facto, pergunto-me se uma delas não é revalorizar a lógica de resposta aplicada em iniciativas como a Aliança das Civilizações, compreendendo melhor o Outro, sendo mais humilde na nossa pretensão de transformá-lo e preferindo trabalhar com ele, com objetivos realistas e mutuamente partilhados.

Isto não significa, de modo nenhum, hesitar na garantia da nossa própria segurança; significa, isso sim, articular melhor as dimensões política, civil e de segurança de uma tarefa cuja complexidade exige o concurso de todos. Para que possamos viver no mesmo planeta, na diversidade das nossas crenças, valores e instituições, mas respeitando a dignidade e os direitos de todos.

Correio da manhã, 8 de setembro de 2021